



**Tribunal Judicial da Comarca do Porto**

**Juízo do Trabalho do Porto - Juiz 3**  
Palácio da Justiça, Campo dos Mártires da Pátria  
4099-012 Porto

Telef: 220949400 Fax: 220949509 Mail: porto.judicial@tribunaais.org.pt

Proc. nº

Ação de Processo Comum

393743411

**CONCLUSÃO - 11-06-2018**

*(Termo eletrónico elaborado por Escrivão de Direito Isabel Gaspar)*

=CLS=

**Da competência territorial**

Nos presentes autos de ação de processo comum em que é Autor o Centro Hospitalar de e a Comissão para a Igualdade no Trabalho e no Emprego, o Autor, na petição inicial, invocou o pacto de aforamento constante da cláusula 15º, do Contrato celebrado com a Ré para fundamentar a propositura da ação neste Juízo do Trabalho.

Na contestação deduzida veio, aquela primeira Ré suscitar o incidente de incompetência territorial deste Juízo do Trabalho.

Alega para tanto ser nulo o pacto de desaforamento constante da cláusula 15º do contrato celebrado com o Autor, conforme o disposto no art.º 19º, do C.P.T. e, consequentemente, atribuiu a competência para preparar e julgar os presentes autos ao Juízo do Trabalho com sede na Maia, uma vez que esse é o seu domicílio.

A co-Ré não se pronunciou.

No processo laboral, a regra geral em sede de competência territorial é a do tribunal do domicílio do réu – artigo 13º nº 1 do Código de Processo do Trabalho.

Por seu turno, o art.º 19º do CPT declara a nulidade dos pactos ou cláusulas pelos quais se pretenda excluir a competência territorial atribuída pelos artigos anteriores.

Temos assim que, no processo laboral, não são admitidos os pactos de desaforamento.

Assim sendo teremos de recorrer à regra geral que nos conduz ao domicílio do Réu.

O CPT não prevê a eventualidade da pluralidade de Réus.



**Tribunal Judicial da Comarca do Porto**

**Juízo do Trabalho do Porto - Juiz 3**

Palácio da Justiça, Campo dos Mártires da Pátria  
4099-012 Porto

Telef: 220949400 Fax: 220949509 Mail: porto.judicial@tribunais.org.pt

Proc. nº 8321/18.0T8PRT

Recorrendo ao direito subsidiário, sendo este o artigo 82º, do C.P.C. ex vi do art. 1º, n.º 2, al. a) do C.P.T., a competência territorial é atribuída, a escolha do Autor, a qualquer um dos domicílios dos réus.

Resulta desde logo da petição inicial que a Ré reside na Maia e que o Co-Réu CITE tem sede em Lisboa.

Daqui resulta, claramente, a incompetência territorial deste Juízo do Trabalho para preparar e julgar a presente ação.

\*

**Nestes termos e com tais fundamentos:**

**- Declaro nula a cláusula 15º do contrato celebrado entre o Autor e a Ré;**

**- Julgo procedente a exceção dilatória invocada pela Ré e, em consequência declaro este Juízo do Trabalho territorialmente incompetente para preparar e julgar a presente ação.**

Custas a cargo do Autor fixando-se taxa de justiça no mínimo legal.

Notifique.

Após trânsito, conclua.

\*

22.6.18.